

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

GESTÃO MUNICIPAL EM CADIOTA - NOVOS AGENTES PARA UMA VELHA REGIÃO

Adriana Gelpi, Janemary Costa Schnor

Boletim Gaúcho de Geografia, 26: 127-138, jul., 2000.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39641/26526>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jul., 2000

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

GESTÃO MUNICIPAL EM CANDIOTA – NOVOS AGENTES PARA UMA VELHA REGIÃO

Adriana Gelpi; Janemary Costa Schnor***

O MUNICÍPIO COMO DIMENSÃO LOCAL

Historicamente centralizador e paternalista, o Estado brasileiro é responsável, de acordo com DEÁK (1991), por um modelo expatriador de divisas e de acumulação entravada, que se refletem numa realidade nacional de profundas desigualdades sociais. Numa revisão destes dados, de acordo com o IBGE, lembramos de que no Brasil, metade do produto social produzido é consumido por apenas 10% da população. Neste quadro, 1% da população brasileira, 1,5 milhão de pessoas, obtém uma renda de cerca de 17% do total, enquanto a metade mais pobre do país não chega aos 13%. Isto significa que 1,5 milhão de ricos podem consumir mais do que 75 milhões de pobres. Ainda pelo IBGE, apenas o Haiti, a Bolívia e Honduras tem mortalidade infantil superior do que a brasileira. Cerca de 50% da mão-de-obra é analfabeta ou semi-letrada. São 370 mil mortes infantis por ano, fatos decorrentes do descaso das lideranças para com uma sociedade preterida pela execução de projetos excludentes ou por especulações que privilegiam capital em vez de produção.

A luta pela reversão destes indicadores sociais, qualificando a vida da população brasileira, tem apontado o município e o poder local como o novo cenário e agente nas decisões sócio-econômicas, urbanas e territoriais para os próximos anos. Para DOWBOR (1994), o município está despontando como um agente de justiça social. É neste nível local que estão se identificando as principais ações redistributivas, ações que dependem de soluções locais e de vontade política. É no município que delineiam-se as estratégias de transformação da produção do espaço para o desenvolvimento comunitário.

A Constituição de 1988 orientou-se neste sentido atribuindo legalmente, mais poderes ao município, mas preservando por outro lado, a centralização das taxas de financiamento municipal, condição vital ao desenvolvimento local, taxas estas características de países pobres no patamar de 10 a 12% da produção. Este fato contrasta com o poder e gestão local de municípios dos países desenvolvidos, quando por

exemplo, no Japão, o financiamento local se encontra em níveis de 60%, ou da Suécia, de 55%, nos Estados Unidos 42%. Constatamos que os municípios de países desenvolvidos controlam metade dos recursos públicos nacionais, enquanto nos países subdesenvolvidos como o Brasil, esta cifra gira em torno de 10%.

Parece claro neste contexto, a intenção do Poder Central de apenas desonerar-se da responsabilidade dos compromissos com a educação básica, saúde e desenvolvimento local, repassando legalmente estas atribuições ao município, mas sem sustentação financeira para tanto, preservando de fato, o poder das decisões. Esta situação enfatiza a necessidade da conquista de novos patamares na descentralização tributária e investimento contínuo processo de democratização da sociedade, objetivando enfrentar a polarização social tendo como meta a organização de milhares de pequenos projetos de desenvolvimento que devem ser promovidos nos 5 mil municípios do país.

A gestão municipal é um dos desafios a urbanização do país nas próximas décadas. O município como unidade básica de organização comunitária deve conquistar a capacidade de transformação econômica e social através da gestão local. Para países subdesenvolvidos, esta questão assume importância na medida em que o reforço do poder local permite maior equilíbrio democrático frente ao poder e economia centralizada, característica de alguns países em desenvolvimento.

Neste texto, relatamos algumas experiências de gestão e organização municipal de Candiota, município emancipado de Bagé em 1992. O trabalho busca identificar as transformações que estão ocorrendo no processo de estruturação municipal através da consolidação de um novo território com sua organização espacial e administrativa. Registramos a busca de novos caminhos para o desenvolvimento local através de uma agenda comunitária e participativa, que têm exigido novas matrizes sociais e produtivas na busca de empreendimentos que respaldem inovadores modelos de gestão cooperativa.

NOVO CENÁRIO, NOVOS PROCESSOS E AGENTES

Num processo de urbanização que hoje abriga em suas áreas urbanas, 75% da população brasileira, ressalta-se no país, a dimensão local como cenário e agente promotor do desenvolvimento, esta intervindo e responsabilizando-se por saltos qualitativos de vida se sua população. É o momento de possíveis alterações estruturais na região, que poderão trazer oportunidades para a sociedade, pressupondo-se um novo patamar de relações sociais para a gestão municipal através do consenso entre comunidade e lideranças, assim como o envolvimento de agentes sócio-econômicos em parcerias para o desenvolvimento regional.

Para GÜELL (1997), a gestão municipal releva o conceito de participação, quando o encontro entre as instituições representativas, os partidos e a administração devem compor com os movimentos e organizações sociais viabilizando estes projetos de desenvolvimento. Pois participação comunitária constitui um mecanis-

mo racional de regulação das atividades da área social, da urbanização, da pequena e média produção, além de constituir um lastro para o equilíbrio do conjunto das atividades no nível macroeconômico.

A gestão urbana ao assumir, portanto, esta nova etapa administrativa e participativa, exige novas responsabilidades, tanto do poder legalmente constituído quanto da comunidade que o sustenta, visto que participar é administrar variáveis que estruturam um processo projetual comum. Para tanto, é necessário que todos os agentes envolvidos no processo compreendam e respaldem as metas propostas. Ou seja, os objetivos devem ser colocados e absorvidos não apenas pela estrutura municipal mas também pela comunidade, partindo do princípio que a gestão pública é o exercício da cidadania, oportunizando concretas transformações sociais e não apenas um instrumental legitimador de estruturas. Para GÜELL (1997), optar por esta participação é aceitar a inerente diversidade; é assumir a pluralidade de interesses legítimos e contrapostos; renunciando ao monopólio do poder público e administrativo por parte das autoridades eleitas e da burocracia; optando por uma troca, as vezes, imprevista e surpreendente.

O processo de gestão participativa, depende para seu desenvolvimento, do desenvolvimento paralelo da infra-estrutura cultural e educacional. Esta colocação é paradoxal num país que caracterizou-se pela ausência de relações participativas e pela falta de comprometimento nos investimentos na área da educação. Neste sentido, um avanço significativo para a participação comunitária e para o envolvimento de novos agentes transformadores da realidade sócio-econômica e cultural pode ser viabilizada junto aos meios científicos e educacionais. Os centros de estudos municipais vinculados às escolas e ao corpo científico regional tem permitido mobilizar a capacidade de articulação em torno da pesquisa e da produção local objetivando a resolução de problemas específicos enfrentados pela região. Este nível de organização permite desenvolver pesquisas básicas como estudos demográficos, do uso e da propriedade do solo, assim como estudos da própria história local, criando um núcleo capaz de conhecer o município e seus problemas significativos, transmitindo estes conhecimentos à sociedade local.

Neste aspecto, as Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul têm contribuído no processo de resgate social da comunidade, sendo uma resposta civil a omissão governamental em relação ao ensino e ao desenvolvimento comunitário. A promoção de diretrizes para estudos universitários incluindo nestes a pesquisa local, contribui para a formação de agentes sociais interessados na realidade do seu município, reduzindo a emigração de quadros dinâmicos, na medida em que uma pesquisa voltada para o estudo do potencial econômico e concreto do município cria oportunidades de intervenção e transformação, rompendo o clima de imobilismo que permeia o interior.

ENTRAVES A GESTÃO MUNICIPAL PARTICIPATIVA

Algumas considerações devem ser feitas a gestão participativa e ao envolvimento de novos agentes em processos que possibilitam produção, acumulação e redistribuição de renda a partir do espaço local.

Dentro do processo centralizado de acumulação e poder, a gestão participativa apresenta-se como situação estranha a elite centralizadora de capitais e responsável pela acumulação entravada, que impede a reprodução ampliada colocada por DEÁK (1991), negando ao Brasil uma classe média e trabalhadora com poder aquisitivo e reprodução social digna. Neste aspecto, o fortalecimento dos agentes locais do município, espaço local respaldado por lei federal, é uma estratégia que ampara e habilita a gestão municipal no confronto com o poder central. O reforço do poder local, traduzido pelo voto e por projetos associativos, cria condições favoráveis ao equilíbrio democrático frente às elites, sugerindo que a descentralização concretizada pela municipalização e a gestão participativa possam questionar o fato de que 1% da população se aproprie do produto social maior do que o destinado a 75 milhões de brasileiros pobres.

Por outro lado, no contexto social brasileiro, não pode-se negar que a histórica inexistência de capacidade de organização comunitária tem dificultado significativamente a gestão municipal participativa. Pode-se atribuir isto a uma cultura clientelista, resultado de uma população que não teve acesso à educação e desenvolvimento do espírito crítico, não tendo portanto, a crítica, flexibilidade, mobilização e persistência na manutenção dos espaços conquistados.

Ainda como entrave à criação de instrumentos participativos em nível municipal, o Brasil enfrenta uma dificuldade particular, pois o desenvolvimento caótico da urbanização do país, assim como o de sua atividade empresarial, criou movimentos populacionais e espaciais significativos. No último censo do IBGE, cerca de 40% dos domicílios brasileiros eram habitados por pessoas que residiam neles há menos de dois anos. Esta rotatividade domiciliar prejudica a criação de uma consciência comunitária e reforça a indiferença pelo que acontece na rua ou bairro, assim como desvincula a população de interesses comuns com suas vizinhanças.

Porém, em relação ao aspecto administrativo, DOWBOR (1994), coloca que "o espaço local está em plena transformação", observando que o surgimento de novos instrumentos administrativos como a informática, e uma nova geração de inovações no plano das técnicas de gestão, tem facilitado o poder municipal. Para o autor, pela primeira vez torna-se relativamente barato ter e manter cadastros municipais atualizados. Fotos de satélite permitem realizar rastreamentos sofisticados, o custo dos computadores está acessível, permitindo ao poder local, uma nova transparência administrativa, contribuindo para a democratização dos instrumentos participativos.

CANDIOTA, UMA EXPERIÊNCIA NA CAMPANHA GAÚCHA

Candiota é um novo município na Região da Campanha, emancipado de Bagé em 1992, com 10.000 habitantes e 580.000 km², sendo a geratriz do Pólo Energético de Candiota, área delimitada pela CEEE (1994) em função de suas jazidas de carvão, senso que as reservas carboníferas locais representam 35% das reservas nacionais de carvão mineral. Em 1974, como resultado das políticas públicas do II PND, começou a operar a Usina de Candiota, o maior complexo termelétrico da América Latina.

Neste cenário industrial e carbonífero, os **movimentos de emancipação**, encabeçados por lideranças regionais surgiram como uma tentativa para superar as dificuldades locais e a desatenção recebida das sedes. A criação do Município de Candiota é um exemplo da tentativa de reverter a crise econômica regional assim como as dificuldades locais. O fato sacudiu a tradicional divisão política da Campanha, resultante de um processo de ocupação extensivo da terra, que apresenta pequeno número de municípios com grande extensão territorial.

Esta nova configuração territorial na Campanha, após tantos anos de imobilidade em relação à política territorial e administrativa, sugere autonomia econômica, conscientização política, insatisfação com o desenvolvimento regional e a administração local, permitindo projetar para a região, algumas transformações em nível territorial, social e econômico, assim como a identificação de novos agentes e lideranças locais, que constroem uma diferente identidade local em relação à produção do espaço e a participação comunitária.

Desafios particulares à gestão municipal em Candiota

O surgimento de uma classe trabalhadora especializada e com relativo poder aquisitivo, diferentemente do peão de estância iletrado, possibilitou o fortalecimento econômico da região e o despontar de novos agentes sociais que impulsionaram as emancipações. Em função disto, pode-se dizer que a CEEE e CRM, foram diretamente responsáveis pela aglomeração urbana e populacional local, e indiretamente responsáveis, pela emancipação de Candiota.

O resultado das últimas eleições municipais (1996) e para governo estadual (1998) são um marco na Campanha, pois região tradicionalmente conservadora, acolhendo votos para persistentes caudilhos, substituiu no pleito antigas lideranças regionais por progressistas sustentados pelo voto operário, de funcionários públicos e de colonos "sem-terra", grupos que já se instalam como agentes transformadores.

Neste contexto sócio-político, o poder institucionalizado e a população buscam perspectivas que mudem o perfil de pobreza de grande parte da comunidade. Para entender o quanto será trabalhoso este processo, é preciso lembrar que se administrativamente, a comunidade de Candiota encontra-se melhor respaldada em seus anseios através da proposta de um orçamento participativo, econômica-

mente, sofre o processo de dismantelamento da estrutura estatal que gerou o município através da privatização do seu complexo energético estatal, que empregou, organizou e determinou a vida de mais de 5000 pessoas ao longo de vinte anos.

Dentro do processo de implantação de uma administração participativa, que pressupõe gestão compartilhada, percebe-se claramente o acirramento das tradições da campanha, traduzidas através do paternalismo que ainda mantém sua influência sobre a população de Candiota. Esta situação é visível nos núcleos urbanos da CEEE, quando o descomprometimento com o bem público usufruído é tal, que o morador de uma casa da CEEE se recusa de uma simples jardinagem ou conserto de uma janela (conserto que deveria ser realizado pela CEEE...), ou quando o morador da Vila Operária, jovem aposentado, recusa-se a entregar um imóvel que nunca preservou para outro trabalhador, ou ainda aquele cidadão que procura manter o sistema clientelista, vendo na administração local, o caudilho capaz de solucionar suas dificuldades financeiras. A situação mais grave porém, é daquele proprietário de 200 hectares improdutivos, que pede um "emprego" na prefeitura, todos desejando transformações estruturais, mas incapazes de participar construtivamente do processo.

Em contrapartida a administração municipal é pressionada pela política do Estado em várias instâncias, considerando-se que os deveres municipais aumentam, sem o proporcional repasse financeiro, e no caso de Candiota, o desmonte da estrutura produtiva em função das privatizações, agudiza o problema da estruturação de uma matriz econômica a ser diversificada.

Novos agentes e Processos participativos

O Município de Candiota é privilegiado na região, em função do seu potencial mineral e termelétrico, assim como pelo desdobramento de suas riquezas naturais. As possibilidades de desenvolvimento são alentadoras, principalmente por estruturarem-se sobre base diversificada como a produção de energia, industrialização de minerais e desdobramentos da agricultura. Este potencial esteve obscurecido pela criação do gado e produção de energia, quando por mais de vinte anos, falou-se da ampliação do complexo, desestimulando-se qualquer empreendimento diferenciado.

A emancipação municipal, duas gestões administrativas, assentamentos agrícolas e a privatização da estrutura produtiva da região somam-se para criar um novo cenário na Campanha e em Candiota, abrindo espaço para o surgimento de novos agentes viabilizando alternativas de gestão e produção. Este fato possibilitou ao NEUR, a identificação de novos processos em desenvolvimento na região como a estruturação do novo município e o surgimento de novos agentes que lideraram movimentos inovadores no contexto local.

Gestão Municipal: reconhecendo processos e identificando novos agentes

O processo emancipatório: o fracionamento físico e político de extensa re-

gião, revelou novas lideranças locais, aproximando física e politicamente, a população de uma gestão voltada para seus interesses, que está exigindo comprometimento do poder local com as questões do seu próprio espaço, questões que transcendem a criação de gado e a grande propriedade, voltando-se para educação básica e geração de renda para centenas de jovens que lutam pelo acesso à educação básica e média, reivindicando habilitação e sustento, fatores determinantes de evasão populacional em município periféricos.

Gestão municipal: analisadas as administrações municipais, constatamos o avanço na gestão municipal compartilhada. Pode-se atribuir isto, tanto ao posicionamento político-ideológico das forças que compõe a administração, como também o comportamento da comunidade, que passa a questionar os caminhos da emancipação através do orçamento participativo. Por outro lado, o poder local, com pouca experiência administrativa, ressentese na coordenação do conjunto de agentes públicos, privados e comunitários, todos teoricamente, partícipes desta reestruturação municipal.

O processo de privatização: o processo de privatização da Usina de Candiota encerra um ciclo produtivo na região, a racionalização da produção de energia acaba com o possível “emprego público” local, voltando-se a comunidade para outros empreendimentos, calcados na iniciativa privada, na otimização e diversificação do trabalho no campo e na racionalização dos recursos e insumos regionais disponíveis.

A cooperação, dos assentamentos agrícolas aos colonos cooperativados: apesar de já existirem na região algumas colônias agrícolas como a de Colônia Nova (1994), onde a pecuária leiteira predomina sobre a de corte, foram os assentamentos agrícolas recentes, de “colonos sem-terra”, que marcaram definitivamente o município. O sistema cooperativo, processo organizado para a comercialização da produção de pequenos produtores, inova processos numa região em que o individualismo estancieiro não caracterizou-se pela cooperação e participação. Este processo é natural, pois coopera-se onde existe vizinhança, prejudicada, na região, pelas grandes extensões de terra desabitadas.

A diversificação: os assentamentos, com a proposta da diversificação do cultivo agrícola em pequenas propriedades, imprime na região um novo processo de apropriação do espaço. Articulado e organizado, o colono assentado está sendo gente inovador do método de produção, a pequena propriedade, na diversificação produtiva: apicultura, leite, milho e cítricos. A COOPERAL, cooperativa dos assentados, agrega os produtores, respaldando as inovações de cultivo e manejo.

Por outro lado, apesar do potencial mineral da região, a diversificação produtiva nesta área ainda não encontrou caminhos para expandir-se, faltando empreen-

dimentos e orientação à comunidade local neste espaço, fato que poderia concretizar-se através de parcerias com as indústrias locais.

O Planejamento: constatou-se que o planejamento como processo é pouco assimilado pela gestão municipal, parceiros e comunidade. Não existe planejamento integrado entre os vários setores municipais. Este fato é um entrave à gestão municipal, acarreta superposição de ações, investimentos desnecessários e baixa captação de recursos entre outros aspectos graves e negativos para o município. Observa-se que apesar das potencialidades locais, todos processos que demandam planejamento, iniciativa e tomada de decisões, ainda encontram-se entravados, talvez como consequência dos anos de imobilismo em função da subserviência à função pública. Durante muito tempo acatou-se ordens superiores para procedimentos e demanda energética, ou atendeu-se ao capataz, nas lidas campeiras.

Dentro destes novos processos, podemos identificar vários tipos de agentes que se destacam na gestão urbana e municipal de Candiota, alguns são novos parceiros no processo, outros mais antigos, assumem novos papéis ou fazem uma “releitura” de suas atuações:

O agente público: caracterizamos como agente público, os administradores municipais, que tem encontrado dificuldades de administrar o município na ausência de um projeto comum, que defina estratégias e que resulte numa proposta viável para com a realidade da região. O que podemos visualizar é a preocupação da maioria destes agentes, da necessidade de solucionar problemas imediatos e até importantes, mas faltando a visão estratégica através de um planejamento a médio e longo prazo para o município. Nesta área destaca-se a EMATER, revitalizada através de uma proposta concreta de apoio a população e produção rural, revisando seu papel de orientador, participando da diversificação produtiva, mas carecendo, ainda, de propostas planejadas em escala temporal e regional.

O agente privado: a indústria: identificamos como significativo agente industrial, a CIMPOR (Cimentos Portugueses), caracterizando o grande empresário, disposto a participar, através de parcerias, em projetos de desenvolvimento. Pode-se atribuir esta postura, a vontade de um novo agente de participar do contexto da região em que está inserida, mas aguarda uma proposta consistente de trabalho por parte do município ou de possíveis parceiros privados. Também destacam-se como agentes industriais, mas públicos, a CEEE e a CRM, empreendimentos que sempre assistiram à comunidade, e que estão interessados em continuar a sua atuação, mas em tempo de globalização, exigem novas propostas de trabalho e parcerias sustentadas por consistentes projetos que estendam seus resultados da área social à área ambiental.

As associações comunitárias: exclusivamente sediadas em Candiota, e responsáveis pela articulação comunitária do clube de mães, dos CTGS, dos Clubes de Futebol. Podemos destacar as atividades exercidas pelos Clubes de Mães, responsáveis por estruturar e agregar a comunidade, proporcionando convívio social e humano e a troca de conhecimentos, possibilitando algumas alternativas de produção, além de caracterizarem-se pela significativa representatividade nas discussões e decisões na esfera comunitária.

Os colonos assentados: responsáveis por mudanças na estrutura produtiva, na apropriação e produção do espaço, na concepção de relações de trabalho e organização cooperativa, assim como na participação comunitária. O assentado é processo e agente. Caso o processo frutifique, como agente será responsável por uma nova concepção de estrutura fundiária, novas relações sociais e por um contingente populacional inovador, produtor e consumidor na região da Campanha.

A universidade: a Universidade da Região da Campanha, assim como outras universidades comunitárias do Rio grande do Sul, vem desenvolvendo através de seus programas de pesquisa e extensão, estudos, pesquisas e diagnósticos sobre a realidade regional, potencialidades locais, assim como um plano de apoio ao desenvolvimento comunitário do município de Candiota. Nestes últimos anos, tanto comunidade quanto instituição de ensino vêm amadurecendo sua responsabilidade social em relação ao desenvolvimento regional e a qualificação comunitária. Neste aspecto, é possível afirmar a intenção de trabalhos conjuntos em função dos vários protocolos de intenção entre instituição e prefeituras, indústrias e entidades de classe. O NEUR é o resultado concreto desta conscientização institucional, objetivando desenvolvimento comunitário.

Possíveis estratégias para o desenvolvimento municipal

Consciente de sua realidade econômica desgastada pela monocultura extensiva do gado e do arroz, e do desenvolvimento de postos de trabalho sobre uma única matriz de produção de energia, constatou-se que faltou a comunidade, e principalmente às lideranças locais, a iniciativa de buscar alternativas para o desenvolvimento, que somassem às existentes para compor uma estrutura produtiva diversificada e sustentável. Conforme diagnósticos realizados CAU-URCAMP (1993,1994), a região assim como os novos agentes produtores locais, revelaram inúmeras possibilidades que poderiam ser incrementadas com poucos investimentos e visão empreendedora, resultando projetos e parcerias de diversificação produtiva e de geração de renda.

Educação e participação: Candiota iniciou sua gestão com uma comprovada atenção ao ensino básico periférico pois de acordo com Gelpi (1996), esta localidade, antes periferia da Campanha Gaúcha, que já é periferia dentro

do estado do Rio Grande do Sul, reestruturou o atendimento ao ensino, viabilizando escolas e democratizando o acesso à educação rural e urbana através do transporte escolar e das escolas nucleares. Hoje o município procura atender a profissionalização, visto que a região deve preparar-se para as mudanças que ocorrem no mercado de trabalho. Esta estratégia trará frutos a longo prazo, mas pressupõe-se que as novas gerações da Campanha estarão mais habilitadas a gerenciar uma nascente região de produção diversificada.

As parcerias: em função dos aspectos abordados, o desenvolvimento preconizado também passa por vetores externos ao contexto regional, fato para o qual os novos municípios já estão voltados, buscando fora da Campanha, elementos com os quais possam amparar suas diretrizes para educação, diversificação produtiva e desenvolvimento sócio-econômico através de assessorias e parcerias, como as desenvolvidas com a EMATER e o SENAR, além daquelas vinculadas à instituição de ensino superior com a URCAMP e a Universidade Federal de Santa Maria.

A diversificação da produção: Candiota, considerado até 1996 o “Pólo Estadual de Produção de Sementes Oleícolas”, (sementes de cenoura, coentro, cebola, rúcula, rabanete alho e flores), investiu nesta produção realizada em pequenas e médias propriedades, conseguindo através da ação planejada com a secretaria de agropecuária e o escritório local da EMATER, diminuir de 70% para 30% sua importação. O município, ao longo dos últimos 10 anos, recebeu assentamento de colonos ligados ao movimento “Sem-Terra”, e juntamente com a EMATER, FEPAGRO e Secretarias Municipais, tem procurado orientar e diversificar as culturas agrícolas, que vem transformando lentamente uso do solo e o tamanho da propriedade na região, construindo outras identidades no município.

Tradição e Cultura: o somatório de uma cultura estancieira, população pobre e administrações imediatistas, refletiu no investimento na educação, cultura e profissionalização do homem da campanha. Como os investimentos neste setor tem resultados visíveis apenas a longo prazo, foi negligenciado em detrimento da criação de gado e anexação de terras. Apenas uma elite pode usufruir de um ensino caro e defasado dentro do contexto nacional. As instituições de ensino, fomento e pesquisa, que poderiam promover mudanças dentro do contexto regional, ao empregarem elementos formados nos centros de educação local, perpetuaram as limitações visíveis dentro de um contexto de final de século nos aspectos econômicos, de desenvolvimento, racionalização e modernização.

Por outro lado, a preservação da cultura e das tradições campeiras, sempre foi fator importante na região, pois é através dela que a comunidade demonstra a sua integração e participação. Hoje Candiota, através do tradicionalismo, possui uma

estrutura não só de espaço físico (GTGs e Piquetes) como também uma organização social, que estimula a população a participar das atividades nativistas, que envolvem as mais variadas tradições gaúchas. A Semana Farroupilha é uma evento integrador de todas as classes sociais, tornando-se um potencial a ser explorado na área de investimento culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusões deste trabalho, que conforme pode ser visto não são definitivas, pois relatam algumas etapas do processo de apropriação, construção e produção, tanto de um novo espaço quanto de uma estrutura administrativa, podemos colocar que:

A emancipação de Candiota chamou a atenção, por tratar-se da reestruturação espacial de uma “velha região” no contexto histórico do processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul, sendo que alguns núcleos citados neste trabalho, foram palco de importantes batalhas fronteiriças na questão Platina e Farrapa. Neste processo, salienta-se a construção do espaço físico e político de um município, espaço local que é um dos desafios a questão urbano-regional brasileira para a próxima década, mas também espaço de cidadania, educação e de desenvolvimento sustentável.

A experiência de Candiota ainda é interessante, por tratar-se de um município em processo de estruturação social e territorial, paralelo ao desmonte de sua estrutura produtiva estatal, que organiza-se para a privatização de suas células de produção de energia. Neste processo, também os latifundiários devem estabelecer novas relações de vizinhança com colonos assentados, e conviver com uma terra que se fraciona e se diversifica produtivamente.

Na educação, o município busca viabilidade, trabalhando com a realidade da região, onde é fundamental que a comunidade participe, proposta inovadora numa sociedade campeira individualista. Devido às necessidades do mercado de trabalho, também existem mudanças no comportamento da população, onde a acomodação e imobilismo dão lugar a apreensão e preocupação diante da crise, buscando-se melhor formação cultural, motivando-se com isto, um corpo docente alquebrado, mas que está sendo solicitado. Esta constatação é alentadora, pois o interesse por instrução básica na campanha, não era prioritário até alguns anos atrás.

As esferas de decisão e gestão municipal, no caso da Campanha e especificamente de Candiota tem apontado para um fortalecimento da gestão municipal através de seu quadro administrativo, respaldando uma comunidade que questiona as velhas lideranças, mas como processo, cabe ainda observar em relação à gestão municipal de Candiota, a gritante falta de visão global traduzida pela falta de planejamento, tanto em relação a um plano comum de gestão, quanto às atividades empreendidas pela prefeitura, acarretando com isto, ônus para o município e sua população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEEE . "Plano Diretor do Pólo Energético de Candiota", Porto Alegre, CEEE, 1992.
- CAU-URCAMP - *Diagnóstico do Município de Candiota*, Bagé, URCAMP, 1993.
- CAU-URCAMP - *Diagnóstico de Hulha Negra*, Bagé, URCAMP, 1994.
- CAU-URCAMP - *Diagnóstico do Distrito de Colônia Nova*, Bagé, URCAMP, 1994.
- DEÁK, C. *Acumulação Entravada no Brasil e a Crise dos anos 80*. São Paulo, Espaço e Debates, 1991.
- DOWBOR, F. *O que é poder local*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.
- GELPI, A. *Novos Municípios na Fronteira, Dinamização da Campanha Gaúcha?* Boletim Gaúcho de Geografia nº 23, Porto Alegre, AGB, 1998.
- GÜELL, J.M.F. *Planificación Estratégica de Ciudades*. Barcelona, Gustavo Gili, 1997

Siglas:

- CAU-URCAMP - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade da Região da Campanha.
- CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica
- COOPERAL - Cooperativa dos Assentados
- CRM - Companhia Rio-grandense de Mineração
- CTG - Centro de Tradições Gaúchas
- EMATER - Empresa de Assistência Agropecuária
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia
- NEUR - Núcleo de Estudos Regionais

*Professora, Arquiteta e coordenadora do Núcleo de Estudos Regionais – Curso de Arquitetura e Urbanismo da URCAMP (Universidade da Região da Campanha) – NEUR/CAU/URCAMP.

**Co-autora.